

**MODELO 3E – EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

**1) SOBRE AS AÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE**

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	Existem manuais, rotinas ou normas internas que disciplinam os procedimentos, atividades, atribuições da unidade de controle interno?				
2	Foram realizadas auditorias contábil/financeira?				
3	Foi realizada auditoria operacional?				
4	Foi realizada auditoria patrimonial?				
5	Foi realizada auditoria de sistemas e processamento eletrônico?				
6	Foram realizadas auditorias em outras áreas?				
7	Os resultados das auditorias serviram de base para elaboração do presente relatório?				

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	

**Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.**

**2 – RESPONSÁVEIS**

Descrição	Nome do Responsável	Ato de Nomeação	Ato de Exoneração	CPF	Período de Gestão
Responsável(is) pelas Contas					
Responsável pelo encaminhamento das Contas					
Responsável(is) pelo Setor Contábil					
Responsável(is) pelo Controle Interno Competente					
Responsável(is) pela Tesouraria					
Responsável(is) pelos Bens Patrimoniais					
Outros responsáveis					

**MODELO 3E – EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

### 3 - ANÁLISE DA GESTÃO DA UNIDADE GESTORA

#### 3.1 - Demonstrativos Contábeis:

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As demonstrações contábeis foram realizadas de acordo com os princípios de contabilidade, com a Lei Federal n.º 6.404/76 e alterações posteriores?				
2	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade do Ativo Imobilizado em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações?				
3	O saldo registrado em Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações guarda paridade com os extratos e respectivas conciliações bancárias e valores em espécie, se for o caso?				
4	Constam Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis?				
5	Estão sendo adotadas providências para a regularização das pendências quanto aos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias?				Se sim, especificar

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	
5	

**Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.**

#### 3.2 - Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária:

**Tabela 1 – Transferências Financeiras (Subvenções Sociais) concedidas no exercício**

Entidade	Valor (R\$)
<b>Total</b>	

**MODELO 3E – EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

	<b>Questões Normativas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não Aplicável</b>	<b>Vide Nota Explicativa</b>
1	Existe controle para que seja observado se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades?				Se sim, especificar
2	Foi observada a normatização municipal quanto à concessão e aprovação das Transferências Financeiras (Subvenções Sociais)?				
3	Foram adotadas medidas administrativas para caracterização ou elisão de dano ao erário, procedimento empregado antes da instauração da Tomada de Contas?				Se sim, especificar
4	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente ao setor de tesouraria, encontra-se arquivado na órgão?				
5	A documentação prevista no artigo 13 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, de transferências financeiras, referentes a auxílios e subvenções concedidas através de termo de colaboração e fomento, encontra-se arquivada no órgão?				

<b>Questões Normativas</b>	<b>Nota Explicativa</b>
1	
2	
3	
4	
5	

**Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.**

### **3.3 - Gestão patrimonial:**

	<b>Questões Normativas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não Aplicável</b>	<b>Vide Nota Explicativa</b>
1	Os passivos cancelados encontram embasamento legal?				
2	Os controles de bens de caráter permanente contêm informações necessárias e suficientes para sua caracterização?				
3	As baixas dos bens por obsolescência, imprestabilidade, por ser de recuperação antieconômica ou por ser inservível ao serviço público, estão sendo devidamente controlados?				
4	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos bens patrimoniais, encontra-se arquivada no órgão?				
5	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos bens em almoxarifado, encontra-se arquivada no órgão?				

<b>Questões Normativas</b>	<b>Nota Explicativa</b>
1	
2	
3	

**MODELO 3E – EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

<b>Questões Normativas</b>	<b>Nota Explicativa</b>
4	
5	

**Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.**

**3.4 - Demais Atos da Gestão:**

<b>Questões Normativas</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não Aplicável</b>	<b>Vide Nota Explicativa</b>
1	As diárias foram pagas e comprovadas de acordo com a legislação municipal?				
2	As contas foram submetidas aos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais, dentre outros), quando aplicáveis?				
3	As contas foram submetidas à Assembleia Geral?				
4	Foram observados os requisitos mínimos de transparência com a divulgação dos documentos previstos no artigo 8º da Lei nº 13.303/16 (Lei das Estatais), como a carta anual de governança corporativa, relatório integrado, etc?				

<b>Questões Normativas</b>	<b>Nota Explicativa</b>
1	
2	
3	

**Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.**

**4 - AÇÕES REALIZADAS**

**Tabela 2 – Demonstrativo das Responsabilidade não Regularizadas**

<b>Responsáveis</b>	<b>Natureza da Responsabilidade</b>	<b>Processo nº</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Providências Adotadas</b>
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
<b>Total</b>				

**MODELO 3E – EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

**Tabela 3 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por iniciativa da Administração**

<b>Natureza da Responsabilidade</b>	<b>Valor do Dano (R\$)</b>	<b>Encaminhada ao TCE-RJ</b>
<b>Total</b>		

**Tabela 4 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por determinação do TCE-RJ**

<b>Natureza da Responsabilidade</b>	<b>Valor do Dano (R\$)</b>	<b>Encaminhada ao TCE-RJ</b>
<b>Total</b>		

<b>Questão Normativa</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não Aplicável</b>	<b>Vide Nota Explicativa</b>
1	As responsabilidades não regularizadas foram contabilizadas?				
2	Foram adotadas providências visando à regularização das responsabilidades não regularizadas inscritas no exercício?				
3	Foram instauradas Tomadas de Contas visando ao ressarcimento de dano/prejuízos ao erário público?				
4	As Tomadas de Contas, previstas em norma própria do TCE-RJ, foram encaminhadas ao Tribunal de Contas?				

<b>Questão Normativa</b>	<b>Nota Explicativa</b>
1	
2	
3	
4	

**Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.**

**5 – IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES ANTERIORES**

<b>Questões Normativas</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não Aplicável</b>	<b>Vide Nota Explicativa</b>
1	As determinações do TCE/RJ, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?				
2	As recomendações formuladas pelo controle interno, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?				

**MODELO 3E – EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES**  
**RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE**

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

<b>Questões Normativas</b>	<b>Nota Explicativa</b>
1	
2	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.

**6 - APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO**

**7 – CONCLUSÃO (REGULARIDADE OU IRREGULARIDADE)**

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo Controle Interno

\_\_\_\_\_  
Contador – CRC RJ \_\_\_\_\_  
(caso o responsável pelo controle interno não  
seja contador)

<p style="text-align: center;"><b>MODELO 3E – EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES</b></p> <p style="text-align: center;"><b>RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE</b></p>
---

<b>Órgão:</b>	<b>Município:</b>	<b>Exercício:</b>
---------------	-------------------	-------------------

---

**Tutorial**

- 1) Apontamentos do Controle Interno: Reservado para as informações do controle interno que não estejam nos tópicos posteriores.
- 2) No caso de a questão normativa ser negativa, apresentar as justificativas e medidas adotadas através de nota explicativa.
- 3) Conclusão: Concluir pela regularidade, regularidade com ressalva(s) e recomendação(ões), ou irregularidade(s) das contas, em face do exame realizado, apontando as medidas adotadas para regularização.

Registra-se o conceito de amostragem conforme a NBC T 11.11 – “Amostragem de auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria sobre uma parte da totalidade dos itens que compõem o saldo de uma conta, ou classe de transações, para permitir que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria sobre algumas características dos itens selecionadas, para formar, ou ajudar a formar, uma conclusão sobre a população”.

Entende-se como órgão competente o controle interno existente na estrutura administrativa da unidade jurisdicionada, sob coordenação e subordinação da unidade central, e, no caso de inexistência do mesmo, a unidade central de controle interno do órgão a qual a unidade jurisdicionada esteja vinculada.

Importante destacar que os tópicos desse relatório indicam questões que este Tribunal entende como relevantes de verificação, contudo não tem como objetivo engessar o controle interno na elaboração de seu relatório. Desta forma, todo o conteúdo que o controle interno ache necessário deverá ser acrescentado nos tópicos ou informado no tópico I – Apontamentos do Controle Interno.

---